

**OS DESAFIOS DO ENSINO DE RDA EM CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA:  
RELATO DE EXPERIÊNCIA NA UFMG**

***THE CHALLENGES OF THE TEACHING OF RDA IN LIBRARIANSHIP COURSES:  
EXPERIENCE REPORT AT UFMG***

**Cíntia de Azevedo Lourenço**

Universidade Federal de Minas Gerais  
Brasil

**Célia da Consolação Dias**

Universidade Federal de Minas Gerais  
Brasil

**Gercina Ângela de Lima**

Universidade Federal de Minas Gerais  
Brasil

**Benildes M. S. Maculan**

Universidade Federal de Minas Gerais  
Brasil

**Elisangela Cristina Aganette**

Universidade Federal de Minas Gerais  
Brasil

**Submetido em: 27/08/2020**

**Aceito em: 03/12/2020**

**Publicado em: 24/12/2020**

**Licença:**



**Autor para correspondência:** Cíntia de Azevedo Lourenço

**Email:** cal@eci.ufmg.br

**ORCID:** ORCID.org/0000-0002-2172-7300

**Como citar este artigo:**

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo; DIAS, Célia da Consolação; LIMA, Gercina Ângela de; MACULAN, Benildes M. S.; AGANETTE, Elisangela Cristina. Os desafios do ensino de RDA em Cursos de Biblioteconomia: relato de experiência na UFMG. **REBECIN**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 69-88, jul./dez. 2020. DOI: 10.24208/rebecin.v7i2.203

## RESUMO

A adoção da norma RDA pelas bibliotecas brasileiras é uma realidade que demanda por reflexões e por compartilhamento das experiências. Nesse sentido o ensino da RDA nos cursos de Biblioteconomia é uma prioridade para preparar os futuros profissionais para essa transição e para a sua implementação, mas também se apresenta como um desafio. Nesse trabalho, será relatada a experiência do curso de Biblioteconomia de uma universidade brasileira na oferta de uma disciplina de introdução à RDA, planejada e implementada a partir das propostas presentes no manual para ensino de RDA de Margaret Mering, publicado em língua inglesa. O objetivo é compartilhar a experiência docente, os resultados obtidos e as dificuldades encontradas. Os pontos positivos do manual, as dificuldades de adequação da tradução, as atividades mais interessantes e desafiadoras e a metodologia serão destacadas. As considerações finais destacam as limitações identificadas neste estudo e faz a proposta de reflexões acerca da implementação da RDA. Além disso, será demonstrado também que, para o ensino, a assinatura não será uma obrigatoriedade, o que desonera os cursos de Biblioteconomia desse investimento.

**Palavras-Chave:** Ensino de Biblioteconomia; Catalogação; Descrição e Acesso de Recursos.

## ABSTRACT

The adoption of the RDA standard by Brazilian libraries is a reality that demands reflection and sharing of experiences. In this sense, the teaching of the RDA in librarianship courses is a priority to prepare future professionals for this transition and its implementation, but it also presents itself as a challenge. In this work, the experience of the librarianship course of a Brazilian university will be reported on the offer of a course to be introduced to the RDA, planned and implemented from the proposals presented in Margareth Mering's RDA teaching manual, published in English. The objective is to share the teaching experience, the results obtained and the difficulties encountered. The positive points of the manual, the difficulties of adapting the translation, the most interesting and challenging activities and the methodology will be highlighted. The final considerations highlight the limitations identified in this study and propose reflections on the implementation of the RDA. In addition, it will also be demonstrated that for teaching the signature will not be an necessity, which discourages the librarianship courses of this investment.

**Keywords:** Library education; Cataloging; Resouce Description and Access.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de catalogação ocupa-se dos registros bibliográficos de itens informacionais, utilizando nesse processo, códigos e normas como forma de padronização para o processo de representação de itens informacionais. Mey (1987) define catalogação como processo de decisão multidimensional, que estrutura e padroniza os diferentes aspectos de um item informacional, tornando-o único e passível de recuperação e uso. Os estudos nessa área incluem investigar os modelos de registros de bases de dados e os aspectos teórico-procedimentais da representação descritiva, e têm como finalidade permitir a aderência entre os registros criados e as características dos diferentes tipos de informação, a partir das previsões de busca e das buscas efetivas. Mey (1987) destaca, ainda, a dinamicidade do conhecimento, exigindo a atualização e impulsionando o desenvolvimento de novos instrumentos para esse fim.

O ensino da catalogação descritiva é de suma importância para a formação dos profissionais da área, que devem estar em constante capacitação, para acompanhar as atualizações das regras, modelos e formatos que permeiam as atividades do bibliotecário catalogador. Segundo Picco e Repiso (2012), a evolução das regras de catalogação perpassam pela história do *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR2) e do formato *MACHine Readable Cataloging* (MARC), e com a necessidade de se pensar os registros do conhecimento no ambiente tecnológico, desde 1998, com a publicação do modelo *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e, posteriormente em 2009, o *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), e em 2010, o *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), e o *Resource Description and Access* (RDA).

Salienta-se que a grande preocupação dos catalogadores, desde o final do século XIX com os estudos de Anthony Panizzi em 1831, foi descrever e registrar a informação de forma que ela pudesse ser localizada posteriormente. A necessidade de compartilhar e disseminar a informação contida em acervos, alavancou-se com o desenvolvimento tecnológico, e pode-se dizer que a catalogação descritiva foi uma das subáreas da Biblioteconomia que mais se beneficiou com este fato.

A criação dos modelos FRBR, FRAD e FRSAD para serem utilizados em ambientes digitais, possibilitou um avanço na representação dos registros

bibliográficos, que passaram, então, a ter uma perspectiva de representação conceitual, a qual possibilita criar uma estrutura e relacionamentos entre os recursos informacionais. Com o surgimento desses modelos houve a necessidade de atualizar o AACR2, que a princípio passaria a ser chamado de AACR3, para se adequar a essa nova perspectiva conceitual na representação descritiva.

Assim, surge a proposta da norma RDA, em 2010, desenvolvida para substituir o AACR2, a partir dos modelos conceituais apresentados anteriormente: o FRBR e o FRAD, pensando no ambiente digital, e, assim, com foco na recuperação da informação, para atender o usuário na busca da informação, permitindo que ele recupere todas as manifestações sobre um mesmo item bibliográfico em um único registro.

Muito se tem publicado sobre a norma RDA, porém sua implantação ainda está ocorrendo com morosidade, porque exige treinamento, estudos e tecnologia apropriada, o que acarreta uma delonga para que chegue à maioria das bibliotecas.

Em 2015, a equipe da biblioteca “Etelvina Lima” da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais sugeriu a compra do livro “The RDA workbook”, da autora Margaret Mering (MERING, 2014). Nesse mesmo ano iniciou-se o estudo e a tradução dessa obra, com o objetivo de organizar uma disciplina optativa para introduzir os principais conteúdos do RDA, chamada de “Introdução à RDA”, direcionada aos alunos do curso de Biblioteconomia da UFMG.

A escolha desse manual se baseou no fato de ser um livro didático e específico para o ensino da RDA. Além de não existir material similar em português, também não existia à época outro manual em inglês. Os livros de RDA, em sua maioria não têm um apelo didático. Somente em 2018, a Universidade das Ilhas Baleares, na Espanha, ofereceu um curso EAD de Catalogação em RDA, em que distribuiu quatro livros didáticos desenvolvidos como apoio para o curso, em língua espanhola.

A matriz curricular do curso de Biblioteconomia da UFMG possui em seu rol de optativas disciplinas chamadas “tópicos”, que permitem a inserção de conteúdos atuais na matriz. A inclusão de tais conteúdos demanda apenas a aprovação dos departamentos e do colegiado do curso.

A disciplina foi oferecida, pela primeira vez, no primeiro semestre de 2016, sob o título de “Tópicos em Catalogação e Classificação da Informação D (MARC, RDA e metadados)”, como atividade optativa e com carga horária de 60 horas/aula.

Depois de ter sido ofertada por seis semestres, ininterruptamente, e atendido três turmas por ano, totalizando a oferta para nove turmas, foram realizados ajustes, tanto na tradução do manual quanto no conteúdo das aulas e nas atividades propostas.

## **2 O PROCESSO DE CATALOGAÇÃO**

Mey e Silveira (2009) afirmam que o estudo de catalogação envolve a preparação e a organização de mensagens, que são as representações dos registros bibliográficos (reais ou digitais), passíveis de existir em uma ou mais coleções. Para as autoras,

a catalogação estabelece, por meio de sinais diversos, que o conteúdo do registro é verdadeiro (pretensão de veracidade); assinala por meio de colchetes ou pontos de interrogação as dificuldades na confirmação ou dúvidas sobre as informações; indica em notas diversos aspectos da obra, desde seus possíveis criadores ou responsáveis, a suas fontes de pesquisa, relações com outras obras e características de conteúdo. Estabelece como base a correção valorativa, na medida em que usa normas linguísticas corretas, assim como padrões e sinais catalográficos consistentes e universalmente acordados nas instâncias documentais, dentro de princípios éticos, respeitando valores diversificados de um mesmo grupo ou sociedade. Parte da autenticidade subjetiva da mensagem, porque um catalogador não pode mentir em seu registro bibliográfico, transcrever informações errôneas, inventar o que não sabe. Subjetivamente, precisa estar imbuído do princípio de veracidade em suas ações (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 135).

Essas mensagens têm por objetivo ser a ligação comunicacional entre os registros do conhecimento e as necessidades do usuário. A catalogação pode também envolver diferentes unidades de informação, uma vez que um registro bibliográfico pode estar relacionado a itens que não pertencem a uma única coleção.

A história da catalogação é composta por iniciativas para a criação de princípios, regras e métodos de descrição de forma e de conteúdo, especificamente para elaborar catálogos. Até o século XVIII, as ações geralmente se caracterizavam como fundamentações teóricas de regras restritivas e simplistas. A partir do século XIX, importantes contribuições criaram alicerces para a atividade de catalogação, que

ainda influenciam o pensamento contemporâneo, tais como: a) o primeiro código moderno de catalogação, criado por Panizzi, em 1839 (“Rules for the Compilation of the Catalog”); b) as regras para catálogos, com base no trabalho de Panizzi, elaborado por Jewett, em 1853, que tratou de forma especial os cabeçalhos de responsabilidade e obras anônimas; c) as instruções Prussianas, de 1899; d) as regras simplificadas de catalogação, de M. Dewey, em 1876; e) as “Rules for a Dictionary Catalogue”, de Cutter, em 1876, que instituiu regras e princípios de catalogação, além de uma tabela de classificação de sobrenomes, até hoje utilizadas por muitas bibliotecas; f) o projeto de controle bibliográfico de Otlet e La Fontaine, em 1895, com o Repertório Bibliográfico Universal (RBU) (MEY, 1995, p. 19-23).

Já no século XX, os códigos nacionais de catalogação se proliferaram por países como Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália, Vaticano, entre outros. Em 1901, a venda de fichas catalográficas pela Biblioteca do Congresso (LC) revolucionou a catalogação, pois, na prática, trouxe certa padronização (não como princípio, mas por causa da multiplicação das fichas). A partir das regras contidas nas fichas da LC, a “American Library Association” (ALA) publica, em 1908, o código “Regras de catalogação: entradas de autores e títulos”. Em 1920, com base no código da ALA, é publicado o código da Biblioteca Vaticana. Todavia, a catalogação caminhava para a normalização de registros bibliográficos, gerando esforços no sentido de padrões internacionais e não locais, sendo esses princípios que nortearam os estudos vindouros (MEY, 1995, p. 23-30).

Em 1961, uma importante conferência internacional foi realizada em Paris, que culminou na publicação da Declaração dos Princípios de Catalogação, mudando os rumos da catalogação. O evento reuniu diferentes países e organizações dispostos a encontrar um acordo sobre padronização e uniformidade na representação de informações, sobretudo para nomes pessoais, nomes de entidades coletivas e títulos uniformes. Na prática, os termos da Declaração determinaram as características do processo catalográfico: integridade (fidelidade na representação), clareza (ser inteligível), precisão (representação sem ambiguidades), lógica (ordenação/organização lógica) e consistência (padronização de soluções). Esses preceitos, alicerces da concepção contemporânea de catalogação, visam permitir que

o usuário compreenda a mensagem do registro catalográfico de maneira que possa usar a informação existente nele (no registro).

Segundo Lourenço (2005), a catalogação tem nos códigos de catalogação a fonte de consulta para soluções durante o processo de representação, que leva em conta diversificados objetos de informação, muitas vezes encontradas em bases cooperativas e heterogêneas. Dessa forma, o ensino dos instrumentos de catalogação durante a formação do bibliotecário se torna um fator essencial.

### **3 O ENSINO DE RDA**

Para o ensino do RDA faz-se necessário nivelar a compreensão geral dos conteúdos sobre o formato MARC, realizando inicialmente uma breve revisão, visto que a disciplina sobre o Formato MARC é ensinada no terceiro período do curso de Biblioteconomia, e a disciplina “Tópicos em Catalogação e Classificação da Informação D (MARC, RDA e metadados” é ofertada no sexto período. Além do MARC, também é ensinado para os alunos a parte teórica necessária para a compreensão dos modelos conceituais e, outros padrões de metadados<sup>1</sup> que vêm sendo utilizados e desenvolvidos para a implementação da RDA.

Mering (2014) estrutura o conteúdo do seu manual em 4 capítulos, iniciando o capítulo 1 com uma visão geral do modelo conceitual FRBR. No capítulo 2 destaca dez tópicos importantes para a implementação da RDA, conforme indicado na Figura 1. Depois discute a catalogação em RDA com o formato MARC. No capítulo 3 aborda a questão do controle de autoridade e por último, no capítulo 4, as questões gerenciais necessárias à implementação da RDA.

---

<sup>1</sup> Taylor (1999) define metadados como um “conjunto de dados estruturados que identificam os dados de um determinado documento e requisitos legais de utilização, funcionalidade técnica, uso e preservação”.



**Figura 1:** Destaques da RDA

<b>1</b>	Como marcar um registro RDA
<b>2</b>	Elementos Obrigatórios, Opcionais e Obrigatórios-para-você
<b>3</b>	Use o que você vê: o princípio da representação
<b>4</b>	Transcrição Versus Registro
<b>5</b>	Abreviaturas
<b>6</b>	Terminologia - AACR2 Versus RDA
<b>7</b>	Produção, Publicação, Distribuição, Confeção e Dados de direito de autor - MARC campo 264
<b>8</b>	Expansão do Acesso dentro de registros bibliográficos
<b>9</b>	Tipo de conteúdo, tipo de mídia e Tipo de suporte - Os campos 33x
<b>10</b>	RDA para conteúdo, mas não para exibição

Fonte: Tradução e adaptação de Mering (2014)

Além do MARC, a disciplina aborda outros padrões de metadados, que vêm sendo utilizados e desenvolvidos para a implementação da RDA (DUBLIN CORE, 2011; KAUFMAN, 2017; LI, 2013).

A metodologia de ensino do RDA na UFMG, foi aplicada usando como base o conteúdo dos capítulos 1 a 3 do livro de Margareth Mering, delineados anteriormente, como pode ser observado no “Plano de ensino” disponibilizado no Anexo 1. O capítulo 4 não foi utilizado, pois aborda as questões de gestão da implementação, que neste caso, necessitaria de uma disciplina específica para tratar deste conteúdo. Entretanto, alguns pontos específicos são necessários para serem ensinados visando a compreensão da temática, como por exemplo, a necessidade de se construir uma Política de Catalogação para a implementação da RDA.

No capítulo 1, Mering aborda a estrutura do FRBR utilizada pelo RDA (obra, expressão, manifestação e item), no qual a autora propõe atividades que exercitam a percepção dos alunos sobre as quatro entidades básicas do FRBR. Ressalta-se a importância da compreensão conceitual de cada uma dessas entidades básicas para que os alunos possam associar a cada uma delas os elementos necessários para fazer a normatização no processo de descrição. Além disso, observou-se a importância de exercícios para complementar a teoria apresentada e discutida em



sala, e para reforçar a mudança na percepção do aluno sobre os elementos de descrição, rompendo com a lógica baseada no suporte físico do AACR2R.

**Figura 2:** Atividade para entender as Entidades do FRBR

Mary Pipher escreveu um livro de não-ficção sobre os cuidados com os pais, intitulado *"Another Country: Navigating the Emotional Terrain of Our Elders"*. As sessões de sua biblioteca tem da versão impressa várias cópias do original em inglês, bem como traduções em espanhol e alemão. Além disso, o audiobook resumido em inglês está disponível em fita cassete.

Estruturando as expressões, as manifestações e os itens desta obra de sua coleção, a busca resulta no seguinte esquema:

o1 *Another Country: Navigating the Emotional Terrain of Our Elders*, de Mary Pipher  
e1 do texto original em Inglês  
m1 livro publicado em 1999 pela Riverhead  
i1 cópia na Gere Branch Library  
i2 cópia autografada pelo autor na Bennett Martin Branch Library, Coleções Especiais  
i3 cópia na Anderson Branch Library  
m2 o livro impresso com letras grandes por Wheeler, publicado em 1999  
i1 cópia na Eiseley Branch Library  
e2 a tradução espanhola por Elvira Maldonado  
m3 o livro publicado pelo Grupo em 2000  
i1 cópia 1 na Walt Branch Library  
i2 cópia 2 na Walt Branch Library, danificada  
e3 a tradução alemã por Susanne Hamann  
m4 o livro publicado em 2000 por Wolfgang Kruger Verlag  
i1 cópia na Anderson Branch Library  
e4 áudio livro em inglês, resumido, lido por Joan Allen  
m5 os cassetes de áudio produzidos em 1999 pela Simon & Schuster Áudio  
i1 cópia na Bennett Martin Branch Library

Fonte: Tradução e adaptação de Mering (2014)

Nessa atividade é trabalhado um texto onde recursos bibliográficos diversos são apresentados e os alunos têm como objetivo localizar quatro obras e agrupá-las com suas expressões, manifestações e itens respectivos, como mostra o exemplo da Figura 2. Para atingir esse objetivo é essencial que o professor faça um planejamento de atividades que facilitam a compreensão dos alunos (MERING, 2014).

Nessa hora, é possível perceber a dificuldade maior já expressa por Mering (2014) que é diferenciar o que é elemento de “obra” e o que é elemento de “expressão”. O limite entre essas duas entidades é muito sutil o que torna difícil saber se um determinado elemento do RDA identifica uma “obra” ou uma “expressão”. É

muito importante que o professor auxilie e garanta que os alunos entenderam as principais diferenças entre essas duas entidades, que segundo Mering (2014, p. 4), podem ser esclarecidas ao se fazer duas perguntas: “Quanto do conteúdo foi modificado ou alterado de um recurso A para um recurso B?” e “Quanto novo esforço intelectual ou artístico foi envolvido?”.

Ao se responder essas questões, fica claro que uma tradução é uma nova expressão, porque não altera o conteúdo e não acrescenta nada ao original, ao passo que uma nova edição revisada e ampliada, ou até mesmo uma adaptação, são novas obras, com relacionamento do tipo “obra a obra”.

É uma atividade que exige muita atenção dos alunos e que apresenta um nível de dificuldade grande no início que vai diminuindo até o final da atividade. Essa atividade é essencial para que os alunos iniciem a atividade seguinte que é identificar a regra da RDA para determinados elementos de obra, expressão, manifestação e item.

Desta forma, para a sequência da atividade de apresentação da RDA, a autora propõe que os alunos sejam encorajados a navegar pelo sumário da RDA. Para isso, os alunos devem acessar o sumário da RDA *online* (RDAToolkit), que é de acesso livre, para localizar a regra RDA de elementos específicos da descrição. O Manual de Mering traz um “Guia Rápido” detalhado, que dá suporte aos alunos na resolução dos exercícios. Dessa maneira, acredita-se que os alunos vão progressivamente assimilando os conceitos da RDA, para, na sequência, navegar pelos capítulos da norma (MERING, 2014). Essas atividades são exemplificadas no Quadro 1, onde se pode observar que, inicialmente, o aluno deverá identificar a qual das entidades um determinado elemento pertence, para depois ser capaz de identificar em qual seção e capítulo da RDA ele localizará a regra para descrição desse elemento específico.

Esse exercício é fundamental, uma vez que a organização das regras na RDA acontece com base nas entidades da família FRBR, diferente da organização do AACR2R que é com base no tipo de suporte físico do documento.

É nesse momento que o aluno consegue perceber a necessidade de rever sua organização mental acerca de um determinado registro bibliográfico e a grande mudança de paradigma que é a norma RDA. Por isso, a realização dessa atividade será mais eficiente se acontecer após o primeiro exercício relatado anteriormente.

**Quadro 1:** Atividade de navegação pelo RDATA toolkit

Exemplo: A página de rosto do livro inclui *Lendo os clássicos com C.S. Lewis*.

O título encontrado em uma página de rosto é um elemento da (o) \_\_\_\_\_.

( ) obra  
( ) expressão  
( ) manifestação  
( ) item

O número de instruções RDA para gravar o título principal é \_\_\_\_\_.

*Resposta:* manifestação e RDA 2.3.2.7

*O caminho para a resposta através da Tabela de Conteúdo do RDA:*

Seção 1: Registro de atributos de manifestação e de item  
Capítulo 2: Identificação de manifestações e itens  
2.3 Título  
2.3.2 Título principal  
2.3.2.7 Registrando o título principal

Fonte: Mering (2014) [tradução e adaptação nossa]

É importante ressaltar que, mesmo sem acesso completo à RDA, ou seja, sem assinatura do acesso, a atividade pode ser realizada sem perda para o aprendizado dos alunos, pois o objetivo é ensinar a navegação pela RDA e a localização da regra correta para um determinado elemento de descrição.

Após a apresentação da RDA, as próximas atividades no ensino são os exercícios de catalogação em RDA com a utilização do formato MARC, passando por atividades de MARC bibliográfico (Figura 3) e de autoridade em RDA (Figura 4).

Na atividade de catalogação em RDA, são apresentados 5 livros (página de rosto e seu verso) para o aluno trabalhar seguindo os passos propostos por Mering (2014) para criar os registros bibliográficos: o que você está catalogando? (Planilha A); O que você vê? (Planilha B) e O que você registra? (Planilha C). As planilhas podem ser observadas na Figura 3.

Além dessas 3 planilhas a atividade encerra com uma última planilha (Planilha D) onde o aluno faz a catalogação em formato MARC, utilizando as informações das

3 planilhas iniciais. Em cada planilha, além do nome dos elementos de descrição, o exercício fornece ao aluno qual campo e subcampo do MARC será utilizado para cada um desses elementos e também a regra da RDA que estabelece a norma para seu formato final.

É uma atividade que não apresenta um nível grande de dificuldade por parte dos alunos, mas que necessita de monitoria, pois dúvidas surgem a todo o momento relacionadas principalmente à localização dos dados nas páginas de rosto e na transcrição, uma vez que o aluno está aprendendo a se desligar dos formatos estabelecidos pelo AACR2R e transcrever os dados da forma como são apresentados na página de rosto.

**Figura 3: Atividade de Catalogação em RDA**

**Livro 1: Planilha A - O que você está catalogando?**

Elemento	MARC	RDA	Dado
Modo de publicação	LDR/07	2.13.1.3	
Tipo do conteúdo	LDR/06, 336 \$a	6.9	

**Livro 1: Planilha B – O que você vê?**

Elemento	MARC	RDA	Dado
Título principal	245 \$a	2.3.2	
Outras informações de título	245 \$b	2.3.4	
Indicação de responsabilidade relacionada ao título principal	245 \$c	2.4.2	

**Livro 1: Planilha C – O que você registra?**

Elemento	MARC	RDA	Dado
Extensão	300 \$a	3.4	
Conteúdo ilustrativo	300 \$b	7.15,7.17	

**Livro 1: Planilha D - RDA em MARC**

040 _	\$a ### \$b eng \$e _ \$c ###
020 _	
100 1_	

Fonte: Elaborado pela autora com fragmentos das atividades propostas por Mering (2014)

A atividade seguinte trabalha os novos campos do MARC autoridade que serão adicionados ao registro de autoridade e a percepção clara do objetivo da RDA em relação a esse tipo de registro, que é fazer dos catálogos de autoridade futuras fontes de informação biográficas (Figura 4).

Nesse sentido, o aluno é levado a localizar informações de diferentes autores, tanto pessoais quanto corporativos, usando como fonte de informação seu registro de MARC autoridade.

Nessa atividade, os alunos são levados a identificar as informações, através do conhecimento dos campos específicos do MARC autoridade, aumentando a capacitação deles nesse formato específico.

**Figura 4:** Atividade de MARC autoridade em RDA

010 __	\$a no2011026671
040 __	\$a ### \$b eng \$e rda \$c ###
046 __	\$f 18800729 \$g 19710725
100 1_	\$a Meyers, Chief, \$d 1880-1971
370 __	\$a Riverside, Califórnia. \$b San Bernardino, Califórnia.
373 __	\$a New York Giants (Time de beisebol) \$s 1909 \$t 1915
373 __	\$a Brooklyn Robins (Time de beisebol) \$s 1916 \$t 1917
373 __	\$a Boston Braves (Time de beisebol) \$s 1917 \$t 1917
374 __	\$a jogador de beisebol
375 __	\$a homem
4001_	\$a Meyers, John Tortes, \$d 1880-1971
670 __	\$a The glory of their times, 1984: \$b page 170 (Chief Meyers)

### Questões

1. Qual foi o dia, mês e ano que Meyers nasceu?
2. Qual foi o dia, mês e ano que Meyers morreu?
3. Onde Meyers nasceu? Onde ele morreu?
4. Em que anos Meyers foi um jogador de beisebol do New York Giants?
5. Em que outras equipes de beisebol Meyers jogou?
6. Qual é o verdadeiro nome de Meyers?

Fonte: Tradução e adaptação de Mering (2014)

A última atividade proposta pela autora em seu Manual é a utilização do *Dublin Core* como padrão de metadados para a catalogação em RDA. Outros padrões como BIBFRAME e MODS, não foram possíveis de implementação nos laboratórios do curso de biblioteconomia e o Dublin Core tem geradores disponíveis online que facilitam a atividade.

Como já citado anteriormente, o formato MARC não se configura na melhor opção para uma catalogação em RDA, é proposta uma atividade extra, utilizando-se o Dublin Core, pois esse formato possui geradores automáticos na web que podem

ser utilizados pelos alunos sem maiores dificuldades, como o exemplo mostrado na Figura 5.

É nessa atividade que se pode perceber a necessidade de acesso facilitado aos cursos de Biblioteconomia e a instituições de treinamento aos formatos BIBFRAME e MODS, uma vez que o Dublin Core também não foi projetado especificamente para a RDA e, sendo assim, possui limitações.

**Figura 5:** Gerador de Dublin Core para catalogação em RDA

The screenshot shows the website 'dublincoregenerator.com - a better dublin core generator'. It features a navigation menu with 'Main Page', 'Simple Generator', 'Advanced Generator', 'X2RDCORE Generator', and 'About Contribute'. Below the menu is a 'Directions' section with instructions on how to use the generator. The 'Input' section contains several text input fields: 'Title', 'Creator', 'Subject', 'Description', and 'Publisher'. Each field has a '+' and '-' icon to the right, indicating that multiple entries can be added or removed. The 'Description' field is significantly larger than the others.

Fonte: [https://nsteffel.github.io/dublin\\_core\\_generator/generator\\_nq.html](https://nsteffel.github.io/dublin_core_generator/generator_nq.html)



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que preparar os futuros bibliotecários para o uso da norma de catalogação RDA é essencial, uma vez que a amplitude de sua aplicabilidade ainda não está bem definida e divulgada.

Após a oferta da disciplina de Introdução à norma RDA para nove turmas, observou-se que o uso do manual da Mering é eficiente e de fácil compreensão pelos alunos. Entretanto, a maior dificuldade tem sido a tradução dos exercícios para o português. Nos dois primeiros anos de oferta da disciplina os exercícios foram realizados com citação de obras em língua inglesa. Aos poucos essas citações foram sendo traduzidas, mas o ideal seria substituir as obras citadas nas atividades por obras existentes no Brasil. Porém, isso demanda tempo e colaboração de diferentes docentes e pesquisadores, pois as novas obras escolhidas necessitam ter os mesmos elementos das propostas originalmente trabalhadas nas atividades.

Um ponto muito positivo das atividades propostas por Mering é que podem ser realizadas apenas com a navegação pelo sumário da RDA, disponível gratuitamente no RDAtoolkit, o que desonera os cursos de Biblioteconomia brasileiros da assinatura da RDA para uso acadêmico.

A questão do controle de autoridade é um ponto que necessitaria de mais aprofundamento e do desenvolvimento de atividades mais consistentes. Um tópico fundamental que não é abordado no manual de Mering, mas que demanda discussões em sala de aula é refletir acerca das opções de padrões de metadados que estão sendo utilizados na implementação da RDA, além do formato MARC.

Em suas recomendações, o *Working Group on the Future of Bibliographic Control* afirma que “o MARC, é baseado em técnicas de quarenta anos para gerenciamento de dados e está fora de sintonia com os estilos de programação de hoje” (WORKING GROUP ON THE FUTURE OF BIBLIOGRAPHIC CONTROL, 2008, p. 24). Ainda de acordo com esse grupo de trabalho da *Library of Congress*, “o conjunto Z39.2 / MARC existente não é um ponto de partida apropriado para um novo formato de dados bibliográficos, devido às limitações impostas pelos formatos do passado” (WORKING GROUP ON THE FUTURE OF BIBLIOGRAPHIC CONTROL, 2008, p. 24).



Seguindo nessa linha, Martínéz Pujadas afirma que implementar a RDA em MARC não é o mais adequado, apesar de que tal procedimento está ocorrendo nas bibliotecas nacionais e universitárias do mundo todo e do Brasil (PUC-RS). Para a autora “o formato MARC não é o mais adequado para o pleno desenvolvimento dos regulamentos da RDA em termos de codificação de dados para identificar, descrever e relacionar entidades e atributos, nem para compartilhar dados” (MARTINÉZ PUJADAS, 2017, p. 4).

Entretanto, percebeu-se que, além do manual de Mering, ter essa abordagem de implementação em MARC, tantos outros, disponibilizados por bibliotecas e em cursos de catalogação em RDA, também trazem essa abordagem, inclusive o de Martínéz Pujadas.

Portanto, duas questões importantes para a formação do bibliotecário brasileiro necessitam de maior enfoque nos cursos de Biblioteconomia: a gestão da implementação, que envolve, além da elaboração de uma política de catalogação, outros pontos relativos ao treinamento de pessoal, capacidade tecnológica da instituição, suporte técnico de empresas de software, entre outros; e a importância de se estudarem outros padrões de metadados para essa implementação, de forma a analisar e avaliar os prós e os contras de se continuar com o formato MARC ou migrar para um padrão mais adequado ao ambiente web. Além disso, as Escolas de Biblioteconomia precisam estar preparadas para proporcionar o ensino da catalogação descritiva com currículos atualizados e com uma infraestrutura tecnológica que comporte a implantação de todo o sistema.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION; CANADIAN LIBRARY ASSOCIATION; CHARTERED INSTITUTE OF LIBRARY AND INFORMATION PROFESSIONALS (GRÃ-BRETANHA). JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **RDA**: resource description & access. 2016. Versão em espanhol. Disponível em: <http://www.rdatoolkit.org/> Acesso em: 01 jan. 2016.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE. **DCMI**: Frequently Asked Questions (FAQ). Disponível em: <http://dublincore.org/resources/faq/>. Acesso em: 2 ago. 2011.

KAUFMAN, K. **Metadata Object Description Schema (MODS)** - PowerPoint PPT Presentation. Disponível em : <http://www.slideserve.com/kenley/metadata-object-description-schema-mods> Acesso em: 04 ago. 2017.

LI, K. **Introduction to BIBFRAME**. 2013. Disponível em : [https://www.slideshare.net/islanderlee/introduction-to-bibframe?from\\_action=save](https://www.slideshare.net/islanderlee/introduction-to-bibframe?from_action=save) Acesso em: 04 ago. 2017.

MARTINÉZ PUJADAS, E. **Catalogación con RDA, módulo 4**: Codificación de las RDA en formato MARC21 y panorámica de los nuevos sistemas. Illes Balers (Espanha): UIB Virtual, 2017. 55 p.

MERING, M. **The RDA workbook**: learning the basics of Resource Description and Access. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014.

MEY, E. S. A. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. ABDF, 1987. 201p.

MEY, E. S. A. **Introdução a catalogação**. Brasília: 1995. 123p

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

PICCO, P.; REPISO, V. O. RDA, el nuevo código de catalogación: cambios y desafíos para su aplicación. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 35, n. 1, enero-marzo, p. 145-173, 2012. ISSN: 0210-0614.

TAYLOR, A. G. **The organization of information**. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1999.

WELSH, A.; BATLEY, S. **Practical cataloguing**: AACR, RDA and MARC21. New York: Neal-Schuman Publishers, imprint of American Library Association, 2012.

WORKING GROUP ON THE FUTURE OF BIBLIOGRAPHIC CONTROL. **On the record**: Report of The Library of Congress Working Group on the Future of Bibliographic Control. LC, 2008. Disponível em: <https://www.loc.gov/bibliographic-future/news/lcwg-ontherecord-jan08-final.pdf> Acesso em: 29 jan. 2019.

## Anexo 1 – Plano de Ensino da disciplina “Tópicos em Catalogação e Classificação da Informação D (MARC, RDA e metadados)”

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  
DISCIPLINAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

<b>DISCIPLINA</b>				<b>CÓDIGO</b>	
Tópicos em Catalogação e Classificação Informação D (MARC, RDA e metadados)				OTI-099	
<b>DEPARTAMENTO</b>			<b>UNIDADE</b>		
Organização e Tratamento da Informação			Ciência da Informação		
<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>TEÓRICA</b>	<b>PRÁTICA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>CRÉDITOS</b>	
	30	30	60	4	
<b>ANO LETIVO</b>				<b>PERÍODO</b>	
1º semestre de 2020				6º	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>				<b>CÓDIGOS</b>	
<b>CURSOS PARA OS QUAIS É MINISTRADA</b>				<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	
Biblioteconomia				Optativa	

### EMENTA

Os formatos de intercâmbio. MARC: histórico, estrutura e utilização. O FRBR, como a arquitetura por trás do RDA. Registros bibliográficos em RDA. Pontos de acesso e os registros de autoridade em RDA. Padrões de metadados e RDA.

### OBJETIVOS

<b>OBJETIVO GERAL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Oferecer aos alunos uma introdução básica acerca do formato MARC, RDA e metadados.</li> </ul>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Habilitar os formatos de registro bibliográfico eletrônicos e padrões de metadados.</li> <li>Revisar a arquitetura teórica por trás do RDA, inclusive as Exigências Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e a Declaração Internacional dos Princípios de Catalogação (CPI).</li> <li>Apresentar as características essenciais do RDA.</li> <li>Apresentar uma comparação do RDA com o AACR2.</li> <li>Demonstrar como ler e interpretar registros de autoridade em RDA.</li> </ul>

## PROGRAMA

- 1) MARC
  - a) Bibliográfico
  - b) Autoridade
- 2) FRBR, a arquitetura por trás do RDA
  - a) Entidades e relacionamentos do FRBR
  - b) Atributos de obras expressões, manifestações e itens
- 3) RDA: fazendo Registros Bibliográficos
  - a) Como criar um registro bibliográfico em RDA
  - b) Cabeçalho de assunto, classificação e RDA
- 4) Pontos de acesso e Registros de Autoridade em RDA
  - a) Identificando e construindo pontos de acesso
  - b) Registros de autoridade
- 5) Padrões de metadados e RDA
  - a) Bibframe
  - b) Dublin Core
  - c) MODS

## METODOLOGIA

- Aulas expositivas
- Discussão em sala de aula
- Demonstração de descrição de documentos em sistemas de bibliotecas e outros serviços de informação
- Exercícios
- Trabalho em grupo

## AVALIAÇÃO

Atividade	Pontos
Atividade 1 – Catalogação em MARC	20
Atividade 2 – Entendendo RDA - OEMI	30
Atividade 3 – Catalogação em RDA	20
Atividade 4 – Registro de autoridade em RDA	20
Atividade 5 – Padrões de metadados e RDA	10

## BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION; CANADIAN LIBRARY ASSOCIATION; CHARTERED INSTITUTE OF LIBRARY AND INFORMATION PROFESSIONALS (GRÃ-BRETANHA); JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. <b>RDA</b> : resource description & access. 2016. Versão em espanhol. Disponível em: <a href="http://www.rdatoolkit.org/">http://www.rdatoolkit.org/</a> Acesso em 01 jan. 2016.
2. CÓDIGO de catalogação anglo-americano / preparado sob a direção de Joint Steering Committee for Revision of AACR tradução para a língua portuguesa sob a responsabilidade da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. 2. ed., revisão 2002 São Paulo : FEBAB : Imprensa Oficial, 2004. 1v. (folhas soltas) 30cm.
3. DECLARAÇÃO dos princípios internacionais de catalogação : documento preliminar aprovado pelo 1º Encontro de Peritos sobre um código de catalogação internacional, Frankfurt, Alemanha, 2003. Disponível em: <a href="http://www.ddb.de/news/pdf/statementportugues.pdf">http://www.ddb.de/news/pdf/statementportugues.pdf</a> Acesso em 04/08/2005.
4. DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE. <b>DCMI</b> : Frequently Asked Questions (FAQ). Disponível em: < <a href="http://dublincore.org/resources/faq/">http://dublincore.org/resources/faq/</a> >. Acesso em: 2 ago. 2011.
5. FURRIE, Beth. <b>O MARC bibliográfico</b> : um guia introdutório: catalogação legível por computador. Brasília: Thesaurus, 2000.
6. MARC21: formato condensado para dados bibliográficos. Trad. de Margarida M Ferreira. Marília: UNESP-Marília Publicações, 2000. 2 v. (Publicações Técnicas, 2).
7. MERING, Margaret. <b>The RDA workbook</b> : learning the basics of Resource Description and Access. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. BYRNE, Deborah J. **Manual de MARC**: cómo interpretar y usar registros MARC. Trad. e adapt. da 2. ed. em inglês por Nicolas Rucks. Buenos Aires: GREBYD, 2001.
2. COYLE, Karen. **Is MARC dead?** 2000. Disponível em: <http://www.kcoyle.net/marcdead/marcdead.html>. Acesso em 2 ago. 2011.
3. GRADMANN, Stefan. **Catalogación versus metadatos**: ¿Vino viejo en odres nuevos? In: IFLA General Conference, 64., 1998, Amsterdam. Conferências... Disponível em: <http://www.ifla.org/IV/ifla64/007-126s.htm>. Acesso em: 2 ago. 2011.
4. HART, Amy. **The RDA primer**: a guide for the occasional cataloger. Santa Barbara, Calif.: Linworth, 2010. xiii, 89 p. ISBN 9781586833480 (broch.). MAXWELL, Robert L. **Maxwell's handbook for RDA**: explaining and illustrating rda: resource description and access using MARC 21. Chicago: American Library Association, 2013.
5. SOUZA, Marcia Isabel Fugisawa; VENDRUSCULO, Laurimar Gonçalves & MELO, Geane Cristina. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p.93-102, jan./abr. 2000.
6. SOUZA, Terezinha Batista de; CATARINO, Maria Elisabete; SANTOS, Paulo César dos. Metadados: catalogando na internet. **Transinformação**, Campinas, v.9, n.2, maio/ago. 1997.
7. VELUCCI, Sherry L. **Metadada**. Annual Review of Information Science and Technology (ARIST), v. 33, 1998, p. 187-221.
8. WELSH, Anne; BATLEY, Sue. **Practical cataloguing**: AACR, RDA and MARC21. New York: Neal-Schuman Publishers, imprint of American Library Association, c2012.

**SITES DE INTERESSE**

- Anglo-American Cataloguing Rules (AACR): <http://www.aacr2.org/index.html>
- Biblioteca Nacional: <http://www.bn.br>
- Código de catalogação anglo-americano — CCAA2 <http://www.collectioncanada.ca/jscihistor-yhtm1>
- Grupo de Estudos e Pesquisas em Catalogação (GEPICAT): Blog: <http://gepicat.blogspot.com/> Lista de discussão: [gepicat@googlegroups.com](mailto:gepicat@googlegroups.com)
- IFLA — Seção de Catalogação: <http://www.ifla.org/IV/1/si/3/index.htm>
- Library of Congress Online Catalog: <http://catalog.loc.gov/>
- Lista de discussão brasileira sobre [catalogação catabib-1](#), para se inscrever mande uma mensagem para [majordomo@listas.usp.br](mailto:majordomo@listas.usp.br)
- Lista de discussão e manual online sobre o formato MARC 21 Bibliográfico, da Divisão de Bibliotecas e Documentação da PUC-Rio: <http://www.dbd.puc-rio.br/portalmarc21/>
- Online Computer Library Center (OCLC): <http://www.oclc.org>
- Rede Bibliodata – FGV: <http://www8.fgv.br/bibliodata/>
- The Dublin Core Metadata Initiative: <http://dublincore.org>
- The FRBR blog: <http://www.frbr.org/>
- RDA Toolkit: resource description and access. Disponível em: <http://www.rdatoolkit.org/> Acesso em: 01 jan. 2016.
- BIBFRAME: Bibliographic Framework Initiative. Disponível em: <http://bibframe.org/> Acesso em: 23 fev. 2016.
- FRBR Review Group. World-wide review of the FRBR-Library Reference Model, a consolidation of the FRBR, FRAD and FRSAD conceptual models. Disponível em: <http://www.ifla.org/node/10280?og=54>. Acesso em: 29 fev. 2016.